

**FRANCISCO DIRCEU BARROS
JANIERE PORTELA LEITE PAES**

RECURSOS ELEITORAIS


EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

Recursos Eleitorais - 3ª Edição

© Francisco Dirceu Barros; Janiere Portela Leite Paes

EDITORA MIZUNO 2024

Revisão técnica: Francisco Dirceu Barros; Janiere Portela Leite Paes

Revisão de português: Paula Brito Araújo

Catálogo na publicação **Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

B277r Barros, Francisco Dirceu

Recursos eleitorais / Francisco Dirceu Barros, Janiere Portela Leite Paes. – 3. ed. – Leme-SP: Mizuno, 2024.

292 p.; 16 X 23 cm

ISBN 978-65-5526-842-3

1. Direito eleitoral. 2. Tribunal Superior Eleitoral. 3. Eleições. I. Barros, Francisco Dirceu. II. Paes, Janiere Portela Leite. III. Título.

CDD 342.8107

Índice para catálogo sistemático

I. Direito eleitoral

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

O material disponibilizado *on-line*, incluindo links, QR-codes, vídeos, petições, entre outros, estará acessível durante a vigência da edição atual do livro, podendo ser retirado após esse período, sem aviso prévio.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3554-9820

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO I RECURSOS ELEITORAIS CÍVEIS

TÍTULO I

Teoria Geral dos Recursos Eleitorais Cíveis	27
1. Considerações preliminares.....	27
2. Classificação recursal cível eleitoral	28
3. Princípios recursais cíveis eleitorais	30
4. Fundamentos dos recursos cíveis eleitorais	32
5. Pressupostos recursais cíveis eleitorais	33
6. O juízo de admissibilidade ou prelibação.....	37
7. A extinção dos recursos	38
8. Da preclusão eleitoral	39
9. Da irrecorribilidade momentânea das decisões interlocutórias.....	42
10. As características do recurso cível eleitoral.....	44
11. Efeitos do recurso	44
12. Dos prazos recursais eleitorais	51
13. A prevenção dos recursos cíveis eleitorais.....	59
14. Desistência do recurso eleitoral	59
15. Juízo de admissibilidade nos recursos eleitorais.....	60
16. Princípio da fungibilidade.....	61
17. Classificação dos recursos eleitorais.....	62

TÍTULO II

Estudo Específico dos Recursos Eleitorais Cíveis	65
1. Recurso Inominado Eleitoral	65
1.1 Cabimento.....	65
1.1.1 Outras decisões judiciais em que se pode interpor o recurso inominado	66
1.2. Interposição e processamento	66

1.2.1. Prazo	66
1.2.2. Interposição	67
1.2.3. Juízo de admissibilidade	67
1.2.4. Processamento do recurso no juízo <i>a quo</i>	68
1.2.5. Processamento do recurso no juízo <i>ad quem</i>	69
1.3. Efeitos	69
1.3.1. Efeito regressivo	69
1.3.2. Efeito devolutivo.....	70
1.3.3. Efeito suspensivo.....	71
1.4 Curiosidades sobre recurso inominado: à luz da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.....	71
2. Recurso Ordinário Eleitoral Cível.....	72
2.1. Recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral	72
2.1.1. Cabimento.....	72
2.1.2. Efeitos	74
2.1.3. Prequestionamento	76
2.1.4. Processamento do recurso ordinário dirigido ao Tribunal Superior Eleitoral.....	76
2.2 Recurso ordinário constitucional ao Supremo Tribunal Federal	78
2.2.1. Cabimento.....	78
2.2.2. Prazo de interposição	78
2.2.3. Não cabimento de recurso ordinário contra decisão monocrática.....	79
2.2.4. Interposição simultânea de recursos	79
2.2.5. Efeitos	80
2.2.6. Prequestionamento e repercussão geral.....	81
2.2.7. Processamento do recurso dirigido ao Supremo Tribunal Federal.....	81
3 Recurso Especial Eleitoral Cível	83
3.1. Cabimento	83
3.2. Requisitos de admissibilidade (inciso I, § 4º, art. 121, da CF)	84
3.2.1. Requisitos de admissibilidade (inciso II, § 4º, art. 121, da CF)	87
3.3. Do processamento do recurso	89
3.4. Interposição simultânea de recursos.....	92
3.5. Efeitos	92
3.6. Recurso especial retido nos autos	93
3.7. Recursos especiais repetitivos.....	94
4 Os Embargos de Declaração no Âmbito Eleitoral	95
4.1. Cabimento.....	95
4.2. Os embargos em face de decisão monocrática de relator.....	98
4.3. Prazo para interposição	99
4.4. Do procedimento.....	100
4.5. Embargos protelatórios	100

4.6. Embargos de declaração por terceiro.....	102
4.7. O juízo de retratação.....	102
4.8. O efeito infringente nos embargos de declaração no âmbito eleitoral.....	102
5 Embargos Infringentes Eleitorais.....	103
6 O Recurso Extraordinário Eleitoral.....	105
6.1. Cabimento.....	105
6.2. O prazo.....	106
6.3. Repercussão geral.....	107
6.4. Prequestionamento.....	108
6.5. Interposição e processamento.....	109
6.6. Efeitos do recurso.....	111
6.7. A impossibilidade de interposição de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal Regional Eleitoral.....	113
6.8. A impossibilidade de interposição de recurso extraordinário contra acórdão que verse sobre concessão ou denegação de medida liminar.....	113
6.9. A impossibilidade de interposição de recurso extraordinário sem o esgotamento das instâncias recursais colocadas à disposição da parte.....	113
6.10. Observações jurisprudenciais dominantes.....	114
7 Agravos.....	114
8 Recurso Contra a Expedição de Diploma (RCED) ou Ação de Impugnação da Diplomação (AIDI).....	128
8.1. Natureza jurídica.....	128
8.2. Previsão legal.....	129
8.3. Cabimento.....	131
8.4. Legitimidade.....	134
8.5. Análise da possibilidade de o juiz indeferir a diplomação <i>ex officio</i>	136
8.6. Competência.....	137
8.7. Do procedimento.....	137
8.8. Litispendência/continência.....	140
8.9. Prova.....	140
8.10. Prazo.....	142
8.11. Pedido de desistência.....	142
8.12. Decisão/efeitos.....	143
8.13. Do recurso.....	144
8.14. Observações importantes.....	144

TÍTULO I

Teoria Geral dos Recursos Eleitorais Criminais.....	149
1. Noções gerais.....	149
2. Natureza jurídica.....	149

3. Princípios aplicáveis aos recursos eleitorais criminais	150
3.1. Princípio da voluntariedade.....	150
3.2. Princípio do duplo grau de jurisdição	150
3.3. Princípio da livre fundamentação recursal	151
3.4. Princípio da fundamentação recursal vinculada.....	151
3.5. Princípio da taxatividade ou legalidade recursal	151
3.6. Princípio da conversão.....	151
3.7. Princípio da complementariedade das razões recursais	152
3.8. Princípio da variabilidade recursal.....	152
3.9. Unirrecorribilidade recursal (ou singularidade ou unicidade)	152
3.10. Princípio da fungibilidade recursal.....	153
3.11. Princípio da convação	154
3.12. Princípio da personalidade	154
3.13. O princípio da <i>ne reformatio in pejus</i>	155
3.14. Erro material e <i>reformatio in pejus ex officio</i>	156
3.15. O princípio da <i>reformatio in mellius</i>	157
3.16. Princípio <i>tantum devolutum quantum appellatum</i>	157
3.17. Princípio da dialeticidade dos recursos.....	157
3.17.1. Violação ao princípio da dialeticidade dos recursos	158
4. Fundamentos recursais.....	158
5. Pressupostos recursais	158
5.1. Pressuposto formal ou lógico.....	159
5.2. Pressuposto legal ou fundamental.....	159
5.3. Pressupostos objetivos	160
5.4. Pressupostos subjetivos.....	163
5.5. O juízo de prelibação ou admissibilidade	165
6. A extinção dos recursos	166
7. Os efeitos recursais.....	166
7.1. Efeito devolutivo.....	167
7.2. Efeito suspensivo	167
7.3. Efeito regressivo (parte da doutrina denomina este efeito de “iterativo” ou “diferido”).....	169
7.3.1. Exemplos de recurso com efeito regressivo.....	169
7.4. Efeito translativo.....	169
8. A origem dos recursos.....	170
8.1. O recurso <i>ex officio</i> (reexame necessário)	170
8.2. A omissão do recurso de ofício	171
9. A indisponibilidade recursal por parte do Ministério Público	172
10. Regularidade procedimental.....	173
11. O efeito extensivo do recurso na hipótese de concurso de agentes	174

12. Análise de temas interessantes	174
12.1. O desejo do réu <i>versus</i> o desejo do defensor	175
12.2. O efeito devolutivo e a extensão aos coautores	175
12.3. A restrição das razões	176
12.4. Análise da possibilidade de supressão do julgamento pelo órgão da jurisdição inferior	177

TÍTULO II

Estudo Específico dos Recursos Eleitorais Cíveis	179
1. Recurso em Sentido Estrito Eleitoral	179
1.1. Conceito	179
1.2. Cabimento	179
1.3. A interposição e o processamento do recurso	185
1.3.1. Pressupostos a serem observados no recurso em sentido estrito	186
1.3.2. Da legitimidade	186
1.3.3. O subimento do recurso em sentido estrito	186
1.3.4. Quando o recurso sobe em traslado	187
1.3.5. O prazo para interposição do recurso em sentido estrito	188
1.3.6. Processamento do recurso em sentido estrito	188
1.4. Os efeitos do recurso em sentido estrito	189
1.5. A prisão decorrente da pronúncia	190
2. Apelação Eleitoral ou Recurso Eleitoral Criminal	190
2.1. Cabimento	191
2.2. Da legitimidade	191
2.2.1. A amplitude da legitimidade	192
2.2.2. Observações interessantes sobre legitimidade	192
2.3. Interposição e processamento da apelação	193
2.3.1. Interposição	193
2.3.2. Juízo de admissibilidade	194
2.3.3. A remessa dos autos ou traslado ao tribunal <i>ad quem</i>	194
2.4. O recolhimento do réu à prisão como condição da apelação	195
2.5. A deserção da apelação	196
2.6. Dos efeitos	196
2.6.1. O efeito meramente devolutivo da sentença absolutória	196
2.6.2. A apelação de sentença condenatória e o efeito suspensivo	196
2.6.3. O efeito extensivo da apelação	197
2.6.4. O efeito regressivo	197
2.6.5. A apelação total e a parcial	198
2.7. Aspectos processuais	199

2.7.1. A <i>mutatio libelli</i> e a <i>emendatio libelli</i> em segunda instância	199
2.7.2. Análise da possibilidade de o Ministério Público apelar em favor do réu	199
2.7.3. Renúncia e desistência do apelo pelo réu	199
2.7.4. O defensor dativo e o dever de apelar	200
2.7.5. O prazo do assistente.....	201
2.7.6. O âmbito da apelação do assistente de acusação.....	202
2.7.7. O limite dos termos da apelação do Ministério Público.....	204
3. Dos Embargos.....	205
3.1. Os embargos de declaração em matéria eleitoral.....	205
3.1.1. A natureza jurídica dos embargos de declaração.....	205
3.1.2. Cabimento.....	206
3.1.3. Prazo para interposição dos embargos de declaração	208
3.1.4. Da legitimidade	208
3.1.5. O procedimento	208
3.1.6. Efeitos	209
3.1.6.1. O efeito infringente nos embargos de declaração eleitoral.....	209
3.1.7. Os embargos como condição para o prequestionamento.....	210
3.1.8. Os embargos dos embargos.....	211
3.1.9. Os limites aos embargos de declaração.....	212
3.2. Embargos infringentes e de nulidade.....	213
3.2.1. Previsão legal	213
3.2.2. Cabimento dos embargos infringentes e de nulidade na seara eleitoral.....	213
3.2.3. A diferença entre embargos infringentes e embargos de nulidade	215
3.2.4. Os requisitos dos embargos infringentes ou de nulidade	215
3.2.5. Legitimidade para interpor os embargos infringentes ou de nulidade.....	216
3.2.6. O prazo para interpor os embargos infringentes ou de nulidade.....	216
3.2.7. Os efeitos dos embargos infringentes ou de nulidade	216
3.2.8. A extensão dos embargos infringentes ou de nulidade	216
3.2.9. Interposição e processamento	217
3.3. Dos embargos de divergência	217
3.3.1. Cabimento.....	217
3.3.2. Processamento dos embargos de divergência.....	218
4. Recurso Ordinário Eleitoral Criminal	219
4.1. Recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral	219
4.1.1. Cabimento.....	219
4.1.2. Efeitos	220
4.1.3. Prequestionamento	220
4.1.4. Processamento do recurso ordinário dirigido ao Tribunal Superior Eleitoral	220
4.2. Recurso ordinário constitucional ao Supremo Tribunal Federal	221

4.2.1. Cabimento	221
4.2.2. Prazo de interposição	221
4.2.3. Interposição simultânea de recursos	222
4.2.4. Efeitos	222
4.2.5. Prequestionamento	222
4.2.6. Processamento do recurso dirigido ao Supremo Tribunal Federal.....	223
5. Recurso Especial Eleitoral Criminal	223
5.1. Noções gerais	223
5.2. Requisitos de admissibilidade	224
5.2.1. Requisitos do inciso I, § 4º, art. 121, da Constituição Federal	224
5.2.2. Requisitos do inciso II, § 4º, art. 121, da Constituição Federal	225
5.3. Do processamento do recurso	225
5.3.1. O juízo de admissibilidade do recurso especial	225
5.4. Do prazo	226
5.5. Interposição simultânea de recursos.....	226
5.6. Efeitos	227
6. O Recurso Extraordinário Eleitoral Criminal	227
6.1. Cabimento	228
6.2. O prazo	229
6.3. Repercussão geral	229
6.4. Pquestionamento	230
6.5. Interposição e processamento	230
6.5.1. Interposição	230
6.5.2. Juízo de admissibilidade	231
6.5.3. Processamento do recurso no tribunal <i>a quo</i>	231
6.5.4. Processamento no Supremo Tribunal Federal.....	232
6.6. As súmulas e o recurso extraordinário.....	233
7. Agravo em Execução Eleitoral.....	234
7.1. Previsão legal	235
7.2. As hipóteses de cabimento	235
7.3. O procedimento do agravo em execução	236
7.4. O efeito do agravo em execução	237
7.5. O prazo para interposição do agravo em execução.....	238
7.6. O juízo de retratação no agravo em execução	238
7.7. Legitimidade para propor agravo em execução.....	238
7.8. O recurso em sentido estrito <i>versus</i> o agravo em execução e o princípio da fungibilidade	238
8. Carta Testemunhável Eleitoral.....	239
8.1. Noções gerais	239
8.2. Cabimento	239

8.3. Terminologias.....	241
8.4. O procedimento, a direção do recurso e o prazo.....	241
8.5. O recibo da petição.....	242
8.6. As opções do tribunal ao julgar a carta testemunhável.....	243
8.7. O efeito da carta testemunhável.....	243
8.8. A natureza jurídica da carta testemunhável.....	243
8.9. A subsidiariedade recursal.....	244
9. Correição Parcial Eleitoral.....	245
9.1. Noções gerais.....	245
9.2. Cabimento.....	245
10. Revisão Criminal Eleitoral.....	247
10.1. Previsão legal.....	247
10.2. As hipóteses de cabimento.....	247
10.3. A revisão criminal e condições de elegibilidade.....	248
10.4. Interposição e processamento da revisão criminal eleitoral.....	249
10.4.1. Aspectos gerais.....	249
10.4.2. Interposição.....	249
10.4.3. Processamento e julgamento.....	250
1. Mandado de Injunção Eleitoral.....	253
1.1. Previsão legal.....	253
1.2. Legitimidade.....	253
1.3. Competência.....	254
1.4. Efeitos da decisão.....	255
1.5. Recurso.....	257
2. O Mandado de Segurança Eleitoral.....	257
2.1. Competência.....	258
2.2. Prazo.....	258
2.3. Legitimidade.....	259
2.4. Mandado de segurança individual.....	260
2.5. Mandado de segurança coletivo.....	261
2.6. Procedimento.....	262
2.7. Sentença/recurso.....	263
2.8. Observações à luz da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.....	263
3. Habeas data Eleitoral.....	264
3.1. Previsão legal.....	265
3.2. Observações.....	266
3.3. Interesse de agir.....	266
3.4. Competência.....	267
3.5. Procedimento.....	268

4. O <i>Habeas Corpus</i> no Direito Eleitoral	269
4.1. Cabimento	269
4.2. Legitimidade	271
4.3. Litispendência	271
4.4. A competência para julgar o <i>habeas corpus</i> eleitoral	272
4.5. Interposição e processamento do <i>habeas corpus</i> eleitoral	273
4.6. Observações à luz da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	275
5. Ação Rescisória Eleitoral	279
5.1. Natureza jurídica	279
5.2. Previsão legal	279
5.3. Considerações acerca das condições de elegibilidade e as inelegibilidades	281
5.4. Prazo de interposição	281
5.5. Legitimidade	282
5.6. Competência para julgar a ação rescisória	282
5.7. Análise acerca da possibilidade de interposição de ação rescisória contra decisões que versem sobre condição de elegibilidade	283
5.8. Análise da possibilidade de concessão de tutela antecipada em sede de ação rescisória	284
5.9. Procedimento	284
5.10. Decisão e seus efeitos	284
5.11. Recursos	284
5.12. Observações jurisprudenciais eleitorais dominantes	284
REFERÊNCIAS	287